



Assembleia Municipal de Sesimbra

Edital n.º150/2013 - “DAF/UAAM”

----- **JOAQUINA ODETE MARTINS DA GRAÇA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA** -----

----- **FAZ PÚBLICO**, nos termos da alínea l) do n.º 1 do art.º. 19º. do Regimento deste Órgão Autárquico, que a Assembleia Municipal na sua 1ª reunião da sessão extraordinária de novembro realizada no dia 15, tomou as seguintes deliberações: -----

----- **Deliberou, por unanimidade, interromper os trabalhos após a deliberação do ponto 13 da Ordem de Trabalhos e prosseguir-los na 2.ª reunião a realizar no dia 28 de novembro de 2013, no mesmo local com início às 21h00. A Ordem de Trabalhos ficou do seguinte modo:**-----

- 1. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para Delegado ao Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses;-----
- 2. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Assembleia Distrital de Setúbal; -----
- 3. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Sesimbra; -----
- 4. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, em representação das Freguesias, no Conselho Municipal de Educação;-----
- 5. Eleição de um Autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal; ---
- 6. Indicação de um elemento a integrar a Comissão Municipal de Sesimbra – instalação e modificação de estabelecimentos de comércio (Lei n.º. 12/2004, de 30 de março);-----
- 7. Designação de 4 cidadãos eleitores para integrar a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens; -----
- 8. Eleição de um representante para integrar a Comissão Municipal de Trânsito e Transportes;-----
- 9. Eleição de um representante no Conselho Consultivo do Observatório da Água – AMRS; -----
- 10. Revisão do PDM de Sesimbra – Conselho Consultivo Municipal – eleição do representante da Assembleia Municipal;-----
- 11. Designação do representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal de Sesimbra; -----
- 12. Constituição das Comissões Permanentes da Assembleia Municipal; -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

- 13. Eleição dos Coordenadores das Comissões Permanentes; -----
----- **Dia 28 de novembro de 2013:** -----
----- 14. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – fixação da taxa a aplicar em 2013, a cobrar em 2014; -----
----- 15. Lançamento de Derrama sobre a Coleta do IRC de 2013, para o ano de 2014; -----
----- 16. Empréstimo no âmbito do Banco Europeu de Investimento até ao montante de 1.001.365,10€, a efetuar através do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR) destinado ao Saneamento da Freguesia do Castelo; -----
----- 17. Contratação de pessoal não docente.-----
----- **Foi rejeitada por maioria** com 12 votos contra da CDU e 11 votos a favor (6 PS, 2 PSD/CDS-PP, 2 MSU e 1 BE) **a Recomendação subordinada ao título: “Realização de estudo sobre a Abstenção nas Eleições Autárquicas no Município de Sesimbra”** -----
----- Fizeram Declaração de Voto os Grupos Municipais do PS, CDU, MSU e a Presidente da Assembleia Municipal. -----
----- **Aprovou por maioria**, com 12 votos a favor da CDU e 11 abstenções (6 PS, 2 PSD, 2 MSU e 1 BE) **a seguinte Recomendação:** -----
----- **“Realização de estudo sobre a abstenção nas eleições autárquicas no município de Sesimbra.** -----
----- *Tendo em atenção o nível atingido nas últimas eleições autárquicas do fenómeno da abstenção no País e na área metropolitana de Lisboa;* -----
----- *Reconhecendo todas as forças concorrentes a sua quota-parte de responsabilidade no ocorrido;* -----
----- *Considerando que todas as forças políticas assumem o compromisso de trabalhar no sentido de reverter esta situação no decurso do mandato agora iniciado;* -----
----- *Entendendo-se que o nosso sistema democrático não é perfeito e que são desejáveis todas as iniciativas no sentido de aumentar a participação cívica.* -----
----- *A Assembleia Municipal de Sesimbra na sua primeira reunião do mandato 2013/2017 decide recomendar à Área Metropolitana de Lisboa (AML) e Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) que pondere elaborar um estudo especializado a uma entidade científica de reconhecida competência nesta matéria e de reputada independência”.* -----
----- Fizeram Declaração de Voto os Grupos Municipais do PS, PSD/CDS-PP, CDU e MSU.-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Foi aprovada por maioria, com 18 votos a favor (11CDU+6PS+1BE), 2 votos contra do PSD/CDS-PP e 2 abstenções do MSU) a Moção subordinada ao título “**Contra o empobrecimento, contra a exploração, contra o orçamento do estado para 2014**”, que a seguir se transcreve:-----

----- “O governo PSD / CDS aprovou no passado dia 1 de novembro, na generalidade, o orçamento do estado para o ano de 2014. Este é um documento que vergonhosamente mantém inatacáveis os objetivos de agravamento do roubo e da exploração dos trabalhadores, pensionistas, reformados e do povo em geral e reconfigura o estado à medida dos interesses da banca e dos grandes grupos económicos. O orçamento do estado para o ano de 2014 constitui um passo significativo para o empobrecimento geral do País e tal como os anteriores, assume o confronto violentíssimo com a constituição e a conceção de democracia nela inscrita. -----

-----Um Estado de Direito deve primar pelo cumprimento integral dos compromissos que assumiu e impôs aos seus cidadãos (sem que existisse qualquer direito de opção), sendo inaceitável que um Governo, à revelia do seu próprio programa eleitoral e unilateralmente, rompa com os contratos de reforma assumidos com os seus contribuintes. -----

----- Tal situação só é possível graças à passividade e ao conluio de sua Ex. o Presidente da Republica, que com estas atitudes se torna numa figura sem prestígio e sem crédito para ser respeitado pelo seu Povo. -----

----- Com este orçamento, agravam-se as medidas de roubo e exploração nos salários e nas pensões adotadas nos orçamentos do Estado de 2012 e 2013, através de um corte adicional profundo nos salários e nas pensões da Caixa Geral de Aposentações através da chamada convergência dos sistemas. Se a estes cortes somarmos as medidas que afetam as funções sociais do estado, sobretudo na saúde e na educação, verificamos que cerca de 82% da consolidação orçamental é obtida ao dispêndio dos trabalhadores e do povo em geral. Ao mesmo tempo, o esforço adicional exigido à banca e ao setor energético representa apenas 4% dessa consolidação orçamental, um suposto sacrifício que será mais que recompensado com as medidas relativas à reforma do IRC e outras prebendas em preparação. É de salientar que esta descida do IRC ocorre em paralelo com a manutenção em valores muito elevados do IRS que representará quase o triplo do IRC. O orçamento do estado para 2014 reforça assim os privilégios da banca e dos grandes grupos económicos, e agrava as condições de vida dos trabalhadores, pensionistas e reformados à custa dos seus rendimentos e em prejuízo dos direitos sociais e laborais e da própria democracia. -----

-----Este é um orçamento do estado onde a equidade da distribuição dos sacrifícios foi



Assembleia Municipal de Sesimbra

novamente colocada de lado impondo desta forma um estado mínimo para os trabalhadores, pensionistas, reformados e para as famílias e um estado máximo para o grande capital. Em sentido contrário a estes cortes brutais, regista-se a evolução dos juros da dívida pública que aumentam substancialmente. Aumentam também os encargos líquidos com as PPP. A confrontação destes dados demonstra que, o memorando de entendimento foi assinado, não para evitar que o Estado ficasse sem dinheiro para pagar salários e pensões, mas para garantir que os credores nacionais e estrangeiros receberiam o capital e os juros altíssimos da dívida pública até ao último cêntimo. ----

-----No entanto, o Governo prevê com este orçamento do Estado, um crescimento do PIB de 0,8%. Tal como em 2013, esta estimativa é propositadamente otimista ao não ter devidamente em conta os efeitos recessivos da austeridade e subestima o agravamento do desemprego e as suas consequências sociais. Este orçamento do estado assume-se uma vez mais num logro, pois os sucessivos incumprimentos dos objetivos de consolidação orçamental, proclamados como um desígnio nacional, constituem o pretexto ideal para se ir impondo a política de saque aos rendimentos do povo português e a continuação das medidas de austeridade contra os trabalhadores, os pensionistas e reformados e condicionar fortemente o futuro do país que ficará ainda mais atrasado e dependente. -----

-----Este orçamento do estado não só reflete o fracasso total da governação como confirma que os objetivos que justificaram a assinatura do memorando com a troika serviram apenas de fachada para um programa político de fundo que visa reconfigurar o estado á medida dos interesses da banca e dos grandes grupos económicos, levando assim Portugal ao colapso económico e social. O orçamento do estado para 2014 é pois um atentado grotesco à democracia e às liberdades fundamentais do povo Português porque fomenta a destruição do emprego, constitui-se como uma sentença de ruína de milhares de PME, afirma-se como um roubo sem precedentes nos salários e representa mais um assalto fiscal aos rendimentos das famílias e um saque sem escrúpulos nas pensões e reformas. -----

-----Para evitar este colapso económico e social, os Partidos da Oposição (PCP, PEV, PS e BE) representados na Assembleia da República apresentaram um conjunto de propostas de alteração do orçamento do Estado que visavam defender a economia nacional e fomentar o crescimento económico. Todas as propostas apresentadas foram inviabilizadas pela maioria PSD / CDS. Assim, os portugueses encontram-se novamente desarmados. Para além de fazerem face a um governo que os explora e empobrece, encontram-se órfãos de um presidente da república que teima em não fazer



Assembleia Municipal de Sesimbra

cumprir a constituição. A última esperança recai no tribunal constitucional que se tem afirmado nestes últimos dois anos como o único garante da democracia e do cumprimento da lei fundamental, pese embora as vergonhosas e sucessivas tentativas antidemocráticas de condicionamento do mesmo por parte do governo PSD / CDS. -----

-----Face ao exposto, a assembleia municipal de Sesimbra reunida em 15 de novembro delibera: -----

----- 1. Repudiar este orçamento do estado para 2014; -----

----- 2. Demonstrar solidariedade com todos os trabalhadores, pensionistas e reformados que se manifestaram no passado, e de uma forma específica com todos aqueles que no dia 1 de novembro se manifestaram na Assembleia da República aquando da votação do orçamento na generalidade, para exigir uma política alternativa que vise a busca de receitas junto do grande capital e dessa forma que defenda os salários, as pensões, as prestações sociais e as funções sociais do estado como elemento essencial para a concretização de uma democracia nas suas múltiplas dimensões política, económica, social e cultural.-----

----- Enviar esta moção:-----

-----Ao Sr. Presidente da República, À Sra. Presidente da Assembleia da República, Ao Sr. Primeiro-ministro, Aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República, às Câmaras e Assembleias Municipais da Área Metropolitana de Lisboa e Península de Setúbal, à Associação Nacional de Municípios e à Associação Nacional de Freguesias”-----

----- Fizeram Declaração de Voto os Grupos Municipais do PSD/CDS-PP e MSU.-----

*----- **PERÍODO DE "INTERVENÇÃO ABERTO AOS CIDADÃOS"** -----*

----- Neste período interveio a cidadã Maria da Conceição Miranda Barroqueiro sobre “Segurança rodoviária: atravessamento da EN 378: Possibilidade de colocação de paragem de autocarro no lado poente da Carrasqueira”. -----

*----- **PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”**-----*

*----- **1. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para Delegado ao Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses;** -----*

----- A Assembleia Municipal elegeu, por escrutínio secreto e por unanimidade, o Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco Manuel Firmino de Jesus, para Delegado ao Congresso



Assembleia Municipal de Sesimbra

Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Para seu substituto foi eleito o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Victor Ribeiro Antunes-----

----- 2. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Assembleia Distrital de Setúbal;-----

----- A Assembleia Municipal elegeu, por escrutínio secreto e por unanimidade, o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Victor Ribeiro Antunes, para integrar a Assembleia Distrital de Setúbal. -----

----- 3. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Sesimbra;-----

----- A Assembleia Municipal elegeu, por escrutínio secreto e por unanimidade, o Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco Manuel Firmino de Jesus, para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Sesimbra. -----

----- 4. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, em representação das Freguesias, no Conselho Municipal de Educação;-----

----- A Assembleia Municipal elegeu, por escrutínio secreto e por unanimidade, a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Ana Margarida Almeida da Cruz Narciso, em representação das Freguesias, no Conselho Municipal de Educação;-----

----- 5. Eleição de um Autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal;-----

----- A Assembleia Municipal elegeu, por escrutínio secreto e por unanimidade, o Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco Manuel Firmino de Jesus, para integrar o Conselho Cinegético Municipal;-----

----- 6. Indicação de um elemento a integrar a Comissão Municipal de Sesimbra – instalação e modificação de estabelecimentos de comércio (Lei n.º. 12/2004, de 30 de março);-----

----- A Assembleia Municipal elegeu, por escrutínio secreto e por maioria, a Deputada Municipal Maria José Vieira Borges para, nos termos da alínea b) do n.º. 4 da Lei n.º. 12/2004, de 30 de Março, integrar a Comissão Municipal de Sesimbra. -----

----- 7. Designação de 4 cidadãos eleitores para integrar a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens;-----

----- A Assembleia Municipal aprovou por escrutínio secreto e por unanimidade, sob proposta da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais, a designação dos seguintes Cidadãos Eleitores para integrarem a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens: Tiago José



Assembleia Municipal de Sesimbra

dos Santos Silva Aragão, Ida Carvalho, Conceição Nero Gonçalves e Genoveva da Purificação. ----

----- 8. Eleição de representante para integrar a Comissão Municipal de Trânsito e Transportes;-----

----- A Assembleia Municipal elegeu, por escrutínio secreto e por maioria, o Deputado Municipal Manuel José Cardoso Alves Pereira para integrar a Comissão Municipal de Trânsito e Transportes.-----

----- 9. Eleição de um representante no Conselho Consultivo do Observatório da Água – AMRS; -----

----- A Assembleia Municipal elegeu, por escrutínio secreto e por maioria, o Deputado Municipal Francisco Manuel Soares Cordeiro para representante no Conselho Consultivo do Observatório da Água - AMRS.-----

----- 10. Revisão do PDM de Sesimbra – Conselho Consultivo Municipal – eleição do representante da Assembleia Municipal; -----

----- A Assembleia Municipal elegeu, por escrutínio secreto e por maioria, o Deputado Municipal Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro, para integrar o Conselho Consultivo Municipal da Revisão do PDM de Sesimbra.-----

----- 11. Designação do representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal de Sesimbra;-----

----- A Assembleia Municipal elegeu, por escrutínio secreto e por maioria, a Presidente da Assembleia Municipal Joaquina Odete Martins da Graça, para representar a Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal de Sesimbra. -----

----- 12. Constituição das Comissões Permanentes da Assembleia Municipal;-----

----- A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, sob proposta da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais, a seguinte constituição das Comissões Permanentes da Assembleia Municipal:-----

----- “Comissão “2” – Planeamento Urbanístico, Ambiente e Ordenamento do Território – 9 elementos, 2 do Grupo Municipal da CDU (Nuno José Almeida Nabais Antunes e Tiago José dos Santos Silva Aragão), 2 do Grupo Municipal do PS (Manuel Barros Cardoso e Nelson Carlos Simplício Pólvora), 2 do Grupo Municipal do PSD/CDS-PP (Joaquim José Mendes Dias e José Manuel Lobo da Silva), 2 do Grupo Municipal do MSU (Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues) e 1 do Grupo Municipal do BE (José Antonio Melo Nunes Guerra);



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Comissão “3” – Sociocultural e Segurança dos Cidadãos – 9 elementos, 2 do Grupo Municipal da CDU (Rui João da Graça Rodrigues e Maria José da Cruz Vieira Borges), 2 do Grupo Municipal do PS (Ana Paula Gato Rodrigues Polido Rodrigues e Joana Maria Braz de Oliveira Alarcão Bastos), 2 do Grupo Municipal do PSD/CDS-PP (Joaquim José Mendes Dias e José Manuel Lobo da Silva), 2 do Grupo Municipal do MSU (Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues) e 1 do Grupo Municipal do BE (José Antonio Melo Nunes Guerra); -----

----- Comissão “4” – Planeamento Estratégico e Atividade Económica – 7 elementos, 2 do Grupo Municipal da CDU (Francisco Manuel Soares Cordeiro e Nuno José Almeida Nabais Antunes), 2 do Grupo Municipal do PS (Nelson Carlos Simplício Pólvora e Pedro Miguel dos Santos Mesquita) e 1 do Grupo Municipal do PSD/CDS-PP (Joaquim José Mendes Dias), 1 do Grupo Municipal do MSU (João Carlos Guimarães Rodrigues) e 1 do Grupo Municipal do BE (José Antonio Melo Nunes Guerra); -----

----- Comissão “5” – Finanças Municipais e Administração Autárquica – 8 elementos, 2 do Grupo Municipal da CDU (Maria Helena dos Santos Cancela Cordeiro e Tiago José dos Santos Silva Aragão), 2 do Grupo Municipal do PS (Pedro Miguel dos Santos Mesquita e Manuel José Cardoso Alves Pereira), 2 do Grupo Municipal do PSD/CDS-PP (Joaquim José Mendes Dias e José Manuel Lobo da Silva) e 2 do Grupo Municipal do MSU (Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues)-----

----- **13. Eleição dos Coordenadores das Comissões Permanentes;**-----

----- A Assembleia Municipal elegeu, por escrutínio secreto e por maioria, Nuno José Almeida Nabais Antunes, para Coordenador da Comissão “2” – Planeamento Urbanístico, Ambiente e Ordenamento do Território.-----

----- Elegeu, por escrutínio secreto e por maioria, Rui João da Graça Rodrigues, para Coordenador da Comissão “3” – Sociocultural e Segurança dos Cidadãos.-----

----- Elegeu, por escrutínio secreto e por maioria, Joaquim José Mendes Dias, para Coordenador da Comissão “4” – Planeamento Estratégico e Atividade Económica-----

----- Elegeu, por escrutínio secreto e por maioria, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, para Coordenador da Comissão “5” – Finanças Municipais e Administração Autárquica.-----

----- Para constar se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo.-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

Sesimbra, 19 de novembro de 2013.
A Presidente da Assembleia Municipal,

Joaquina Odete Martins da Graça.



Assembleia Municipal de Sesimbra

Edital n.º150/2013 - “DAF/UAAM”

----- **JOAQUINA ODETE MARTINS DA GRAÇA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA** -----

----- **FAZ PÚBLICO**, nos termos da alínea l) do n.º 1 do art.º. 19º. do Regimento deste Órgão Autárquico, que a Assembleia Municipal na sua 1ª reunião da sessão extraordinária de novembro realizada no dia 15, tomou as seguintes deliberações: -----

----- **Deliberou, por unanimidade, interromper os trabalhos após a deliberação do ponto 13 da Ordem de Trabalhos e prosseguir-los na 2.ª reunião a realizar no dia 28 de novembro de 2013, no mesmo local com início às 21h00. A Ordem de Trabalhos ficou do seguinte modo:**-----

- 1. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para Delegado ao Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses;-----
- 2. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Assembleia Distrital de Setúbal; -----
- 3. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Sesimbra; -----
- 4. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, em representação das Freguesias, no Conselho Municipal de Educação;-----
- 5. Eleição de um Autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal; ---
- 6. Indicação de um elemento a integrar a Comissão Municipal de Sesimbra – instalação e modificação de estabelecimentos de comércio (Lei n.º. 12/2004, de 30 de março);-----
- 7. Designação de 4 cidadãos eleitores para integrar a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens; -----
- 8. Eleição de um representante para integrar a Comissão Municipal de Trânsito e Transportes;-----
- 9. Eleição de um representante no Conselho Consultivo do Observatório da Água – AMRS; -----
- 10. Revisão do PDM de Sesimbra – Conselho Consultivo Municipal – eleição do representante da Assembleia Municipal;-----
- 11. Designação do representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal de Sesimbra; -----
- 12. Constituição das Comissões Permanentes da Assembleia Municipal; -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

- 13. Eleição dos Coordenadores das Comissões Permanentes; -----
----- **Dia 28 de novembro de 2013:** -----
----- 14. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – fixação da taxa a aplicar em 2013, a cobrar em 2014; -----
----- 15. Lançamento de Derrama sobre a Coleta do IRC de 2013, para o ano de 2014; -----
----- 16. Empréstimo no âmbito do Banco Europeu de Investimento até ao montante de 1.001.365,10€, a efetuar através do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR) destinado ao Saneamento da Freguesia do Castelo; -----
----- 17. Contratação de pessoal não docente.-----
----- **Foi rejeitada por maioria** com 12 votos contra da CDU e 11 votos a favor (6 PS, 2 PSD/CDS-PP, 2 MSU e 1 BE) **a Recomendação subordinada ao título: “Realização de estudo sobre a Abstenção nas Eleições Autárquicas no Município de Sesimbra”** -----
----- Fizeram Declaração de Voto os Grupos Municipais do PS, CDU, MSU e a Presidente da Assembleia Municipal. -----
----- **Aprovou por maioria**, com 12 votos a favor da CDU e 11 abstenções (6 PS, 2 PSD, 2 MSU e 1 BE) **a seguinte Recomendação:** -----
----- **“Realização de estudo sobre a abstenção nas eleições autárquicas no município de Sesimbra.** -----
----- *Tendo em atenção o nível atingido nas últimas eleições autárquicas do fenómeno da abstenção no País e na área metropolitana de Lisboa;* -----
----- *Reconhecendo todas as forças concorrentes a sua quota-parte de responsabilidade no ocorrido;* -----
----- *Considerando que todas as forças políticas assumem o compromisso de trabalhar no sentido de reverter esta situação no decurso do mandato agora iniciado;* -----
----- *Entendendo-se que o nosso sistema democrático não é perfeito e que são desejáveis todas as iniciativas no sentido de aumentar a participação cívica.* -----
----- *A Assembleia Municipal de Sesimbra na sua primeira reunião do mandato 2013/2017 decide recomendar à Área Metropolitana de Lisboa (AML) e Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) que pondere elaborar um estudo especializado a uma entidade científica de reconhecida competência nesta matéria e de reputada independência”.* -----
----- Fizeram Declaração de Voto os Grupos Municipais do PS, PSD/CDS-PP, CDU e MSU.-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Foi aprovada por maioria, com 18 votos a favor (11CDU+6PS+1BE), 2 votos contra do PSD/CDS-PP e 2 abstenções do MSU) a Moção subordinada ao título “**Contra o empobrecimento, contra a exploração, contra o orçamento do estado para 2014**”, que a seguir se transcreve:-----

----- “O governo PSD / CDS aprovou no passado dia 1 de novembro, na generalidade, o orçamento do estado para o ano de 2014. Este é um documento que vergonhosamente mantém inatacáveis os objetivos de agravamento do roubo e da exploração dos trabalhadores, pensionistas, reformados e do povo em geral e reconfigura o estado à medida dos interesses da banca e dos grandes grupos económicos. O orçamento do estado para o ano de 2014 constitui um passo significativo para o empobrecimento geral do País e tal como os anteriores, assume o confronto violentíssimo com a constituição e a conceção de democracia nela inscrita. -----

-----Um Estado de Direito deve primar pelo cumprimento integral dos compromissos que assumiu e impôs aos seus cidadãos (sem que existisse qualquer direito de opção), sendo inaceitável que um Governo, à revelia do seu próprio programa eleitoral e unilateralmente, rompa com os contratos de reforma assumidos com os seus contribuintes. -----

----- Tal situação só é possível graças à passividade e ao conluio de sua Ex. o Presidente da Republica, que com estas atitudes se torna numa figura sem prestígio e sem crédito para ser respeitado pelo seu Povo. -----

----- Com este orçamento, agravam-se as medidas de roubo e exploração nos salários e nas pensões adotadas nos orçamentos do Estado de 2012 e 2013, através de um corte adicional profundo nos salários e nas pensões da Caixa Geral de Aposentações através da chamada convergência dos sistemas. Se a estes cortes somarmos as medidas que afetam as funções sociais do estado, sobretudo na saúde e na educação, verificamos que cerca de 82% da consolidação orçamental é obtida ao dispêndio dos trabalhadores e do povo em geral. Ao mesmo tempo, o esforço adicional exigido à banca e ao setor energético representa apenas 4% dessa consolidação orçamental, um suposto sacrifício que será mais que recompensado com as medidas relativas à reforma do IRC e outras prebendas em preparação. É de salientar que esta descida do IRC ocorre em paralelo com a manutenção em valores muito elevados do IRS que representará quase o triplo do IRC. O orçamento do estado para 2014 reforça assim os privilégios da banca e dos grandes grupos económicos, e agrava as condições de vida dos trabalhadores, pensionistas e reformados à custa dos seus rendimentos e em prejuízo dos direitos sociais e laborais e da própria democracia. -----

-----Este é um orçamento do estado onde a equidade da distribuição dos sacrifícios foi



Assembleia Municipal de Sesimbra

novamente colocada de lado impondo desta forma um estado mínimo para os trabalhadores, pensionistas, reformados e para as famílias e um estado máximo para o grande capital. Em sentido contrário a estes cortes brutais, regista-se a evolução dos juros da dívida pública que aumentam substancialmente. Aumentam também os encargos líquidos com as PPP. A confrontação destes dados demonstra que, o memorando de entendimento foi assinado, não para evitar que o Estado ficasse sem dinheiro para pagar salários e pensões, mas para garantir que os credores nacionais e estrangeiros receberiam o capital e os juros altíssimos da dívida pública até ao último cêntimo. -----

-----No entanto, o Governo prevê com este orçamento do Estado, um crescimento do PIB de 0,8%. Tal como em 2013, esta estimativa é propositadamente otimista ao não ter devidamente em conta os efeitos recessivos da austeridade e subestima o agravamento do desemprego e as suas consequências sociais. Este orçamento do estado assume-se uma vez mais num logro, pois os sucessivos incumprimentos dos objetivos de consolidação orçamental, proclamados como um desígnio nacional, constituem o pretexto ideal para se ir impondo a política de saque aos rendimentos do povo português e a continuação das medidas de austeridade contra os trabalhadores, os pensionistas e reformados e condicionar fortemente o futuro do país que ficará ainda mais atrasado e dependente. -----

-----Este orçamento do estado não só reflete o fracasso total da governação como confirma que os objetivos que justificaram a assinatura do memorando com a troika serviram apenas de fachada para um programa político de fundo que visa reconfigurar o estado á medida dos interesses da banca e dos grandes grupos económicos, levando assim Portugal ao colapso económico e social. O orçamento do estado para 2014 é pois um atentado grotesco à democracia e às liberdades fundamentais do povo Português porque fomenta a destruição do emprego, constitui-se como uma sentença de ruína de milhares de PME, afirma-se como um roubo sem precedentes nos salários e representa mais um assalto fiscal aos rendimentos das famílias e um saque sem escrúpulos nas pensões e reformas. -----

-----Para evitar este colapso económico e social, os Partidos da Oposição (PCP, PEV, PS e BE) representados na Assembleia da República apresentaram um conjunto de propostas de alteração do orçamento do Estado que visavam defender a economia nacional e fomentar o crescimento económico. Todas as propostas apresentadas foram inviabilizadas pela maioria PSD / CDS. Assim, os portugueses encontram-se novamente desarmados. Para além de fazerem face a um governo que os explora e empobrece, encontram-se órfãos de um presidente da república que teima em não fazer



Assembleia Municipal de Sesimbra

cumprir a constituição. A última esperança recai no tribunal constitucional que se tem afirmado nestes últimos dois anos como o único garante da democracia e do cumprimento da lei fundamental, pese embora as vergonhosas e sucessivas tentativas antidemocráticas de condicionamento do mesmo por parte do governo PSD / CDS. -----

-----Face ao exposto, a assembleia municipal de Sesimbra reunida em 15 de novembro delibera: -----

----- 1. Repudiar este orçamento do estado para 2014; -----

----- 2. Demonstrar solidariedade com todos os trabalhadores, pensionistas e reformados que se manifestaram no passado, e de uma forma específica com todos aqueles que no dia 1 de novembro se manifestaram na Assembleia da República aquando da votação do orçamento na generalidade, para exigir uma política alternativa que vise a busca de receitas junto do grande capital e dessa forma que defenda os salários, as pensões, as prestações sociais e as funções sociais do estado como elemento essencial para a concretização de uma democracia nas suas múltiplas dimensões política, económica, social e cultural.-----

----- Enviar esta moção:-----

-----Ao Sr. Presidente da República, À Sra. Presidente da Assembleia da República, Ao Sr. Primeiro-ministro, Aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República, às Câmaras e Assembleias Municipais da Área Metropolitana de Lisboa e Península de Setúbal, à Associação Nacional de Municípios e à Associação Nacional de Freguesias”-----

----- Fizeram Declaração de Voto os Grupos Municipais do PSD/CDS-PP e MSU.-----

*----- **PERÍODO DE "INTERVENÇÃO ABERTO AOS CIDADÃOS"** -----*

----- Neste período interveio a cidadã Maria da Conceição Miranda Barroqueiro sobre “Segurança rodoviária: atravessamento da EN 378: Possibilidade de colocação de paragem de autocarro no lado poente da Carrasqueira”. -----

*----- **PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”**-----*

*----- **1. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para Delegado ao Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses;** -----*

----- A Assembleia Municipal elegeu, por escrutínio secreto e por unanimidade, o Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco Manuel Firmino de Jesus, para Delegado ao Congresso



Assembleia Municipal de Sesimbra

Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Para seu substituto foi eleito o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Victor Ribeiro Antunes-----

----- 2. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Assembleia Distrital de Setúbal;-----

----- A Assembleia Municipal elegeu, por escrutínio secreto e por unanimidade, o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Victor Ribeiro Antunes, para integrar a Assembleia Distrital de Setúbal. -----

----- 3. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Sesimbra;-----

----- A Assembleia Municipal elegeu, por escrutínio secreto e por unanimidade, o Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco Manuel Firmino de Jesus, para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Sesimbra. -----

----- 4. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, em representação das Freguesias, no Conselho Municipal de Educação;-----

----- A Assembleia Municipal elegeu, por escrutínio secreto e por unanimidade, a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Ana Margarida Almeida da Cruz Narciso, em representação das Freguesias, no Conselho Municipal de Educação;-----

----- 5. Eleição de um Autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal;-

----- A Assembleia Municipal elegeu, por escrutínio secreto e por unanimidade, o Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco Manuel Firmino de Jesus, para integrar o Conselho Cinegético Municipal;-----

----- 6. Indicação de um elemento a integrar a Comissão Municipal de Sesimbra – instalação e modificação de estabelecimentos de comércio (Lei n.º. 12/2004, de 30 de março);-----

----- A Assembleia Municipal elegeu, por escrutínio secreto e por maioria, a Deputada Municipal Maria José Vieira Borges para, nos termos da alínea b) do n.º. 4 da Lei n.º. 12/2004, de 30 de Março, integrar a Comissão Municipal de Sesimbra. -----

----- 7. Designação de 4 cidadãos eleitores para integrar a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens;-----

----- A Assembleia Municipal aprovou por escrutínio secreto e por unanimidade, sob proposta da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais, a designação dos seguintes Cidadãos Eleitores para integrarem a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens: Tiago José



Assembleia Municipal de Sesimbra

dos Santos Silva Aragão, Ida Carvalho, Conceição Nero Gonçalves e Genoveva da Purificação. ----

----- 8. Eleição de representante para integrar a Comissão Municipal de Trânsito e Transportes;-----

----- A Assembleia Municipal elegeu, por escrutínio secreto e por maioria, o Deputado Municipal Manuel José Cardoso Alves Pereira para integrar a Comissão Municipal de Trânsito e Transportes.-----

----- 9. Eleição de um representante no Conselho Consultivo do Observatório da Água – AMRS; -----

----- A Assembleia Municipal elegeu, por escrutínio secreto e por maioria, o Deputado Municipal Francisco Manuel Soares Cordeiro para representante no Conselho Consultivo do Observatório da Água - AMRS.-----

----- 10. Revisão do PDM de Sesimbra – Conselho Consultivo Municipal – eleição do representante da Assembleia Municipal; -----

----- A Assembleia Municipal elegeu, por escrutínio secreto e por maioria, o Deputado Municipal Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro, para integrar o Conselho Consultivo Municipal da Revisão do PDM de Sesimbra.-----

----- 11. Designação do representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal de Sesimbra;-----

----- A Assembleia Municipal elegeu, por escrutínio secreto e por maioria, a Presidente da Assembleia Municipal Joaquina Odete Martins da Graça, para representar a Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal de Sesimbra. -----

----- 12. Constituição das Comissões Permanentes da Assembleia Municipal;-----

----- A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, sob proposta da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais, a seguinte constituição das Comissões Permanentes da Assembleia Municipal:-----

----- “Comissão “2” – Planeamento Urbanístico, Ambiente e Ordenamento do Território – 9 elementos, 2 do Grupo Municipal da CDU (Nuno José Almeida Nabais Antunes e Tiago José dos Santos Silva Aragão), 2 do Grupo Municipal do PS (Manuel Barros Cardoso e Nelson Carlos Simplício Pólvora), 2 do Grupo Municipal do PSD/CDS-PP (Joaquim José Mendes Dias e José Manuel Lobo da Silva), 2 do Grupo Municipal do MSU (Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues) e 1 do Grupo Municipal do BE (José Antonio Melo Nunes Guerra);



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Comissão “3” – Sociocultural e Segurança dos Cidadãos – 9 elementos, 2 do Grupo Municipal da CDU (Rui João da Graça Rodrigues e Maria José da Cruz Vieira Borges), 2 do Grupo Municipal do PS (Ana Paula Gato Rodrigues Polido Rodrigues e Joana Maria Braz de Oliveira Alarcão Bastos), 2 do Grupo Municipal do PSD/CDS-PP (Joaquim José Mendes Dias e José Manuel Lobo da Silva), 2 do Grupo Municipal do MSU (Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues) e 1 do Grupo Municipal do BE (José Antonio Melo Nunes Guerra); -----

----- Comissão “4” – Planeamento Estratégico e Atividade Económica – 7 elementos, 2 do Grupo Municipal da CDU (Francisco Manuel Soares Cordeiro e Nuno José Almeida Nabais Antunes), 2 do Grupo Municipal do PS (Nelson Carlos Simplício Pólvora e Pedro Miguel dos Santos Mesquita) e 1 do Grupo Municipal do PSD/CDS-PP (Joaquim José Mendes Dias), 1 do Grupo Municipal do MSU (João Carlos Guimarães Rodrigues) e 1 do Grupo Municipal do BE (José Antonio Melo Nunes Guerra); -----

----- Comissão “5” – Finanças Municipais e Administração Autárquica – 8 elementos, 2 do Grupo Municipal da CDU (Maria Helena dos Santos Cancela Cordeiro e Tiago José dos Santos Silva Aragão), 2 do Grupo Municipal do PS (Pedro Miguel dos Santos Mesquita e Manuel José Cardoso Alves Pereira), 2 do Grupo Municipal do PSD/CDS-PP (Joaquim José Mendes Dias e José Manuel Lobo da Silva) e 2 do Grupo Municipal do MSU (Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues)-----

----- **13. Eleição dos Coordenadores das Comissões Permanentes;**-----

----- A Assembleia Municipal elegeu, por escrutínio secreto e por maioria, Nuno José Almeida Nabais Antunes, para Coordenador da Comissão “2” – Planeamento Urbanístico, Ambiente e Ordenamento do Território.-----

----- Elegeu, por escrutínio secreto e por maioria, Rui João da Graça Rodrigues, para Coordenador da Comissão “3” – Sociocultural e Segurança dos Cidadãos.-----

----- Elegeu, por escrutínio secreto e por maioria, Joaquim José Mendes Dias, para Coordenador da Comissão “4” – Planeamento Estratégico e Atividade Económica-----

----- Elegeu, por escrutínio secreto e por maioria, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, para Coordenador da Comissão “5” – Finanças Municipais e Administração Autárquica.-----

----- Para constar se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo.-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

Sesimbra, 19 de novembro de 2013.
A Presidente da Assembleia Municipal,

Joaquina Odete Martins da Graça.



Assembleia Municipal de Sesimbra

Edital n.º150/2013 - “DAF/UAAM”

----- **JOAQUINA ODETE MARTINS DA GRAÇA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA** -----

----- **FAZ PÚBLICO**, nos termos da alínea l) do n.º 1 do art.º. 19º. do Regimento deste Órgão Autárquico, que a Assembleia Municipal na sua 1ª reunião da sessão extraordinária de novembro realizada no dia 15, tomou as seguintes deliberações: -----

----- **Deliberou, por unanimidade, interromper os trabalhos após a deliberação do ponto 13 da Ordem de Trabalhos e prosseguir-los na 2.ª reunião a realizar no dia 28 de novembro de 2013, no mesmo local com início às 21h00. A Ordem de Trabalhos ficou do seguinte modo:**-----

- 1. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para Delegado ao Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses;-----
- 2. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Assembleia Distrital de Setúbal; -----
- 3. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Sesimbra; -----
- 4. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, em representação das Freguesias, no Conselho Municipal de Educação;-----
- 5. Eleição de um Autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal; ---
- 6. Indicação de um elemento a integrar a Comissão Municipal de Sesimbra – instalação e modificação de estabelecimentos de comércio (Lei n.º. 12/2004, de 30 de março);-----
- 7. Designação de 4 cidadãos eleitores para integrar a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens; -----
- 8. Eleição de um representante para integrar a Comissão Municipal de Trânsito e Transportes;-----
- 9. Eleição de um representante no Conselho Consultivo do Observatório da Água – AMRS; -----
- 10. Revisão do PDM de Sesimbra – Conselho Consultivo Municipal – eleição do representante da Assembleia Municipal;-----
- 11. Designação do representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal de Sesimbra; -----
- 12. Constituição das Comissões Permanentes da Assembleia Municipal; -----





Assembleia Municipal de Sesimbra

- 13. Eleição dos Coordenadores das Comissões Permanentes; -----
----- **Dia 28 de novembro de 2013:** -----
- 14. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – fixação da taxa a aplicar em 2013, a cobrar em 2014; -----
- 15. Lançamento de Derrama sobre a Coleta do IRC de 2013, para o ano de 2014; -----
- 16. Empréstimo no âmbito do Banco Europeu de Investimento até ao montante de 1.001.365,10€, a efetuar através do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR) destinado ao Saneamento da Freguesia do Castelo; -----
- 17. Contratação de pessoal não docente.-----
- **Foi rejeitada por maioria** com 12 votos contra da CDU e 11 votos a favor (6 PS, 2 PSD/CDS-PP, 2 MSU e 1 BE) **a Recomendação subordinada ao título: “Realização de estudo sobre a Abstenção nas Eleições Autárquicas no Município de Sesimbra”** -----
- Fizeram Declaração de Voto os Grupos Municipais do PS, CDU, MSU e a Presidente da Assembleia Municipal. -----
- **Aprovou por maioria**, com 12 votos a favor da CDU e 11 abstenções (6 PS, 2 PSD, 2 MSU e 1 BE) **a seguinte Recomendação:** -----
- **“Realização de estudo sobre a abstenção nas eleições autárquicas no município de Sesimbra.** -----
- *Tendo em atenção o nível atingido nas últimas eleições autárquicas do fenómeno da abstenção no País e na área metropolitana de Lisboa;* -----
- *Reconhecendo todas as forças concorrentes a sua quota-parte de responsabilidade no ocorrido;* -----
- *Considerando que todas as forças políticas assumem o compromisso de trabalhar no sentido de reverter esta situação no decurso do mandato agora iniciado;* -----
- *Entendendo-se que o nosso sistema democrático não é perfeito e que são desejáveis todas as iniciativas no sentido de aumentar a participação cívica.* -----
- *A Assembleia Municipal de Sesimbra na sua primeira reunião do mandato 2013/2017 decide recomendar à Área Metropolitana de Lisboa (AML) e Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) que pondere elaborar um estudo especializado a uma entidade científica de reconhecida competência nesta matéria e de reputada independência”.* -----
- Fizeram Declaração de Voto os Grupos Municipais do PS, PSD/CDS-PP, CDU e MSU.-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Foi aprovada por maioria, com 18 votos a favor (11CDU+6PS+1BE), 2 votos contra do PSD/CDS-PP e 2 abstenções do MSU) a Moção subordinada ao título “**Contra o empobrecimento, contra a exploração, contra o orçamento do estado para 2014**”, que a seguir se transcreve:-----

----- “O governo PSD / CDS aprovou no passado dia 1 de novembro, na generalidade, o orçamento do estado para o ano de 2014. Este é um documento que vergonhosamente mantém inatacáveis os objetivos de agravamento do roubo e da exploração dos trabalhadores, pensionistas, reformados e do povo em geral e reconfigura o estado à medida dos interesses da banca e dos grandes grupos económicos. O orçamento do estado para o ano de 2014 constitui um passo significativo para o empobrecimento geral do País e tal como os anteriores, assume o confronto violentíssimo com a constituição e a conceção de democracia nela inscrita. -----

-----Um Estado de Direito deve primar pelo cumprimento integral dos compromissos que assumiu e impôs aos seus cidadãos (sem que existisse qualquer direito de opção), sendo inaceitável que um Governo, à revelia do seu próprio programa eleitoral e unilateralmente, rompa com os contratos de reforma assumidos com os seus contribuintes. -----

----- Tal situação só é possível graças à passividade e ao conluio de sua Ex. o Presidente da Republica, que com estas atitudes se torna numa figura sem prestígio e sem crédito para ser respeitado pelo seu Povo. -----

----- Com este orçamento, agravam-se as medidas de roubo e exploração nos salários e nas pensões adotadas nos orçamentos do Estado de 2012 e 2013, através de um corte adicional profundo nos salários e nas pensões da Caixa Geral de Aposentações através da chamada convergência dos sistemas. Se a estes cortes somarmos as medidas que afetam as funções sociais do estado, sobretudo na saúde e na educação, verificamos que cerca de 82% da consolidação orçamental é obtida ao dispêndio dos trabalhadores e do povo em geral. Ao mesmo tempo, o esforço adicional exigido à banca e ao setor energético representa apenas 4% dessa consolidação orçamental, um suposto sacrifício que será mais que recompensado com as medidas relativas à reforma do IRC e outras prebendas em preparação. É de salientar que esta descida do IRC ocorre em paralelo com a manutenção em valores muito elevados do IRS que representará quase o triplo do IRC. O orçamento do estado para 2014 reforça assim os privilégios da banca e dos grandes grupos económicos, e agrava as condições de vida dos trabalhadores, pensionistas e reformados à custa dos seus rendimentos e em prejuízo dos direitos sociais e laborais e da própria democracia. -----

-----Este é um orçamento do estado onde a equidade da distribuição dos sacrifícios foi



Assembleia Municipal de Sesimbra

novamente colocada de lado impondo desta forma um estado mínimo para os trabalhadores, pensionistas, reformados e para as famílias e um estado máximo para o grande capital. Em sentido contrário a estes cortes brutais, regista-se a evolução dos juros da dívida pública que aumentam substancialmente. Aumentam também os encargos líquidos com as PPP. A confrontação destes dados demonstra que, o memorando de entendimento foi assinado, não para evitar que o Estado ficasse sem dinheiro para pagar salários e pensões, mas para garantir que os credores nacionais e estrangeiros receberiam o capital e os juros altíssimos da dívida pública até ao último cêntimo. ----

-----No entanto, o Governo prevê com este orçamento do Estado, um crescimento do PIB de 0,8%. Tal como em 2013, esta estimativa é propositadamente otimista ao não ter devidamente em conta os efeitos recessivos da austeridade e subestima o agravamento do desemprego e as suas consequências sociais. Este orçamento do estado assume-se uma vez mais num logro, pois os sucessivos incumprimentos dos objetivos de consolidação orçamental, proclamados como um desígnio nacional, constituem o pretexto ideal para se ir impondo a política de saque aos rendimentos do povo português e a continuação das medidas de austeridade contra os trabalhadores, os pensionistas e reformados e condicionar fortemente o futuro do país que ficará ainda mais atrasado e dependente. -----

-----Este orçamento do estado não só reflete o fracasso total da governação como confirma que os objetivos que justificaram a assinatura do memorando com a troika serviram apenas de fachada para um programa político de fundo que visa reconfigurar o estado á medida dos interesses da banca e dos grandes grupos económicos, levando assim Portugal ao colapso económico e social. O orçamento do estado para 2014 é pois um atentado grotesco à democracia e às liberdades fundamentais do povo Português porque fomenta a destruição do emprego, constitui-se como uma sentença de ruína de milhares de PME, afirma-se como um roubo sem precedentes nos salários e representa mais um assalto fiscal aos rendimentos das famílias e um saque sem escrúpulos nas pensões e reformas. -----

-----Para evitar este colapso económico e social, os Partidos da Oposição (PCP, PEV, PS e BE) representados na Assembleia da República apresentaram um conjunto de propostas de alteração do orçamento do Estado que visavam defender a economia nacional e fomentar o crescimento económico. Todas as propostas apresentadas foram inviabilizadas pela maioria PSD / CDS. Assim, os portugueses encontram-se novamente desarmados. Para além de fazerem face a um governo que os explora e empobrece, encontram-se órfãos de um presidente da república que teima em não fazer



Assembleia Municipal de Sesimbra

cumprir a constituição. A última esperança recai no tribunal constitucional que se tem afirmado nestes últimos dois anos como o único garante da democracia e do cumprimento da lei fundamental, pese embora as vergonhosas e sucessivas tentativas antidemocráticas de condicionamento do mesmo por parte do governo PSD / CDS. -----

-----Face ao exposto, a assembleia municipal de Sesimbra reunida em 15 de novembro delibera: -----

----- 1. Repudiar este orçamento do estado para 2014; -----

----- 2. Demonstrar solidariedade com todos os trabalhadores, pensionistas e reformados que se manifestaram no passado, e de uma forma específica com todos aqueles que no dia 1 de novembro se manifestaram na Assembleia da República aquando da votação do orçamento na generalidade, para exigir uma política alternativa que vise a busca de receitas junto do grande capital e dessa forma que defenda os salários, as pensões, as prestações sociais e as funções sociais do estado como elemento essencial para a concretização de uma democracia nas suas múltiplas dimensões política, económica, social e cultural.-----

----- Enviar esta moção:-----

-----Ao Sr. Presidente da República, À Sra. Presidente da Assembleia da República, Ao Sr. Primeiro-ministro, Aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República, às Câmaras e Assembleias Municipais da Área Metropolitana de Lisboa e Península de Setúbal, à Associação Nacional de Municípios e à Associação Nacional de Freguesias”-----

----- Fizeram Declaração de Voto os Grupos Municipais do PSD/CDS-PP e MSU.-----

*----- **PERÍODO DE "INTERVENÇÃO ABERTO AOS CIDADÃOS"** -----*

----- Neste período interveio a cidadã Maria da Conceição Miranda Barroqueiro sobre “Segurança rodoviária: atravessamento da EN 378: Possibilidade de colocação de paragem de autocarro no lado poente da Carrasqueira”. -----

*----- **PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”**-----*

*----- **1. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para Delegado ao Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses;** -----*

----- A Assembleia Municipal elegeu, por escrutínio secreto e por unanimidade, o Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco Manuel Firmino de Jesus, para Delegado ao Congresso



Assembleia Municipal de Sesimbra

Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Para seu substituto foi eleito o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Victor Ribeiro Antunes-----

----- 2. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Assembleia Distrital de Setúbal;-----

----- A Assembleia Municipal elegeu, por escrutínio secreto e por unanimidade, o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Victor Ribeiro Antunes, para integrar a Assembleia Distrital de Setúbal. -----

----- 3. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Sesimbra;-----

----- A Assembleia Municipal elegeu, por escrutínio secreto e por unanimidade, o Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco Manuel Firmino de Jesus, para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Sesimbra. -----

----- 4. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, em representação das Freguesias, no Conselho Municipal de Educação;-----

----- A Assembleia Municipal elegeu, por escrutínio secreto e por unanimidade, a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Ana Margarida Almeida da Cruz Narciso, em representação das Freguesias, no Conselho Municipal de Educação;-----

----- 5. Eleição de um Autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal;-----

----- A Assembleia Municipal elegeu, por escrutínio secreto e por unanimidade, o Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco Manuel Firmino de Jesus, para integrar o Conselho Cinegético Municipal;-----

----- 6. Indicação de um elemento a integrar a Comissão Municipal de Sesimbra – instalação e modificação de estabelecimentos de comércio (Lei n.º. 12/2004, de 30 de março);-----

----- A Assembleia Municipal elegeu, por escrutínio secreto e por maioria, a Deputada Municipal Maria José Vieira Borges para, nos termos da alínea b) do n.º. 4 da Lei n.º. 12/2004, de 30 de Março, integrar a Comissão Municipal de Sesimbra. -----

----- 7. Designação de 4 cidadãos eleitores para integrar a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens;-----

----- A Assembleia Municipal aprovou por escrutínio secreto e por unanimidade, sob proposta da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais, a designação dos seguintes Cidadãos Eleitores para integrarem a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens: Tiago José



Assembleia Municipal de Sesimbra

dos Santos Silva Aragão, Ida Carvalho, Conceição Nero Gonçalves e Genoveva da Purificação. ----

----- 8. Eleição de representante para integrar a Comissão Municipal de Trânsito e Transportes;-----

----- A Assembleia Municipal elegeu, por escrutínio secreto e por maioria, o Deputado Municipal Manuel José Cardoso Alves Pereira para integrar a Comissão Municipal de Trânsito e Transportes.-----

----- 9. Eleição de um representante no Conselho Consultivo do Observatório da Água – AMRS; -----

----- A Assembleia Municipal elegeu, por escrutínio secreto e por maioria, o Deputado Municipal Francisco Manuel Soares Cordeiro para representante no Conselho Consultivo do Observatório da Água - AMRS.-----

----- 10. Revisão do PDM de Sesimbra – Conselho Consultivo Municipal – eleição do representante da Assembleia Municipal; -----

----- A Assembleia Municipal elegeu, por escrutínio secreto e por maioria, o Deputado Municipal Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro, para integrar o Conselho Consultivo Municipal da Revisão do PDM de Sesimbra.-----

----- 11. Designação do representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal de Sesimbra;-----

----- A Assembleia Municipal elegeu, por escrutínio secreto e por maioria, a Presidente da Assembleia Municipal Joaquina Odete Martins da Graça, para representar a Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal de Sesimbra. -----

----- 12. Constituição das Comissões Permanentes da Assembleia Municipal;-----

----- A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, sob proposta da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais, a seguinte constituição das Comissões Permanentes da Assembleia Municipal:-----

----- “Comissão “2” – Planeamento Urbanístico, Ambiente e Ordenamento do Território – 9 elementos, 2 do Grupo Municipal da CDU (Nuno José Almeida Nabais Antunes e Tiago José dos Santos Silva Aragão), 2 do Grupo Municipal do PS (Manuel Barros Cardoso e Nelson Carlos Simplício Pólvora), 2 do Grupo Municipal do PSD/CDS-PP (Joaquim José Mendes Dias e José Manuel Lobo da Silva), 2 do Grupo Municipal do MSU (Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues) e 1 do Grupo Municipal do BE (José Antonio Melo Nunes Guerra);



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Comissão “3” – Sociocultural e Segurança dos Cidadãos – 9 elementos, 2 do Grupo Municipal da CDU (Rui João da Graça Rodrigues e Maria José da Cruz Vieira Borges), 2 do Grupo Municipal do PS (Ana Paula Gato Rodrigues Polido Rodrigues e Joana Maria Braz de Oliveira Alarcão Bastos), 2 do Grupo Municipal do PSD/CDS-PP (Joaquim José Mendes Dias e José Manuel Lobo da Silva), 2 do Grupo Municipal do MSU (Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues) e 1 do Grupo Municipal do BE (José Antonio Melo Nunes Guerra); -----

----- Comissão “4” – Planeamento Estratégico e Atividade Económica – 7 elementos, 2 do Grupo Municipal da CDU (Francisco Manuel Soares Cordeiro e Nuno José Almeida Nabais Antunes), 2 do Grupo Municipal do PS (Nelson Carlos Simplício Pólvora e Pedro Miguel dos Santos Mesquita) e 1 do Grupo Municipal do PSD/CDS-PP (Joaquim José Mendes Dias), 1 do Grupo Municipal do MSU (João Carlos Guimarães Rodrigues) e 1 do Grupo Municipal do BE (José Antonio Melo Nunes Guerra); -----

----- Comissão “5” – Finanças Municipais e Administração Autárquica – 8 elementos, 2 do Grupo Municipal da CDU (Maria Helena dos Santos Cancela Cordeiro e Tiago José dos Santos Silva Aragão), 2 do Grupo Municipal do PS (Pedro Miguel dos Santos Mesquita e Manuel José Cardoso Alves Pereira), 2 do Grupo Municipal do PSD/CDS-PP (Joaquim José Mendes Dias e José Manuel Lobo da Silva) e 2 do Grupo Municipal do MSU (Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues)-----

----- **13. Eleição dos Coordenadores das Comissões Permanentes;**-----

----- A Assembleia Municipal elegeu, por escrutínio secreto e por maioria, Nuno José Almeida Nabais Antunes, para Coordenador da Comissão “2” – Planeamento Urbanístico, Ambiente e Ordenamento do Território.-----

----- Elegeu, por escrutínio secreto e por maioria, Rui João da Graça Rodrigues, para Coordenador da Comissão “3” – Sociocultural e Segurança dos Cidadãos.-----

----- Elegeu, por escrutínio secreto e por maioria, Joaquim José Mendes Dias, para Coordenador da Comissão “4” – Planeamento Estratégico e Atividade Económica-----

----- Elegeu, por escrutínio secreto e por maioria, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, para Coordenador da Comissão “5” – Finanças Municipais e Administração Autárquica.-----

----- Para constar se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo.-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

Sesimbra, 19 de novembro de 2013.
A Presidente da Assembleia Municipal,

Joaquina Odete Martins da Graça.